



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

1 **ATA n.º 25/2024 – COMITÊ DE INVESTIMENTOS de 12/06/2024** – Ata de Reunião
2 Extraordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social do Município
3 de Macaé – MACAEPREV, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, sediado à Rua
4 Tenente Rui Lopes Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro,
5 realizada às dezessete horas do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, estando
6 presentes os membros, ***Alfredo Tanos Filho, Claudio de Freitas Duarte, Erenildo Motta da***
7 ***Silva Júnior e José Eduardo da Silva Guinâncio***, instituídos através da portaria de nomeação
8 n.º 289/2021, os membros, ***Miriam Amaral Queiroz e Patric Alves de Vasconcellos***
9 instituídos através da portaria n.º 306/2022, o membro ***Viviane da Silva Lourenço Campos***
10 instituída através da portaria n.º 1.707/2022 e o membro ***Fábio Carvalho de Moraes***
11 ***Drumond*** instituído através da portaria n.º 0685/2023. Iniciada a reunião, realizada de online
12 através do aplicativo *Google Meets*, sendo tratados os seguintes assuntos: **I –**
13 **EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS:** Pelo Presidente do Instituto e membro do Comitê,
14 ***Claudio Duarte*** foi dito que solicitou esta reunião extraordinária para debatermos sobre a
15 possibilidade de o Instituto realizar empréstimos consignados aos ativos, aposentados e
16 pensionistas. Atualmente o nosso município possui a capacidade de pagamento (CAPAG) -
17 índice que apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais - com a classificação A, o que é
18 uma das condições da legislação para efetuar empréstimos para ativos. Outro aspecto
19 relacionado é quando o RPPS possui o Certificado do PRÓ-GESTÃO em qualquer nível,
20 onde sem o PRÓ-GESTÃO o limite é 5% do Patrimônio e com o PRÓ-GESTÃO o limite
21 sobe para 10 % do Patrimônio. Neste momento o Instituto possui o Certificado do PRÓ-
22 GESTÃO e estamos movimentando toda a equipe para com afincos renovar nossa certificação
23 que vence em novembro deste ano, então estamos trabalhando firmemente juntamente com o
24 Presidente da Comissão do PRÓ-GESTÃO, Patric para que com a ajuda de todos consigamos
25 mais este objetivo renovação. A ideia é proporcionar ao Instituto o máximo de oportunidades
26 na área de Investimentos. Somos um RPPS, que significa Regime Próprio de Previdência
27 Social, e esta última letra “S” de Social, a muito tempo se encontrava um pouco minúsculo
28 dentro do Regime. Então com esta demanda atendida este “S” de Social se tornará mais
29 efetivo e maior, ajudando os nossos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Então a
30 obrigação do Instituto é de bater a meta atuarial e neste ano nossa meta está em IPCA + 5,02
31 %, com tendência para o ano que vem de ser um pouco maior, devido a subida da taxa de
32 juros parâmetro definida pelo MPS. Diante disto, o empréstimo consignado é uma modalidade

1



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

33 de alocação de recursos que deve guardar todas as garantias para o Instituto. Para análise da
34 viabilidade, determinei a abertura de processo administrativo de nº 310.807/2024 em
35 18/04/2024 para que diversos setores técnicos pudessem se manifestar, já tendo passado pelo
36 Jurídico, Diretoria Previdenciária, Gestor de Investimentos, Comissão Cálculo Atuarial,
37 Diretoria Financeira, Conselho Previdenciário e agora está passando pelo nosso Comitê de
38 Investimentos. Há uma vedação legal quanto ao Instituto realizar empréstimos a seus
39 segurados que tem que ser trabalhada junto ao Gabinete do Prefeito. Colocaremos o Instituto
40 como mais um *Player* do mercado, não sendo a solução total para os problemas dos
41 servidores, mas creio que consigamos uma taxa convidativa para o servidor. Há algumas
42 diferenças entre nós e os Bancos, por exemplo, o Banco do Brasil para conceder empréstimos,
43 pede análises ao SPC/Serasa e aqui não vejo esta necessidade porque os segurados,
44 aposentados e pensionistas serão descontados direto na folha de pagamento por seus
45 pagadores. Às vezes os servidores pegam empréstimos com taxas mais atrativas para pagar
46 até empréstimos com taxas maiores. Então o objetivo desta reunião é justamente escutar a
47 todos quanto a viabilidade técnica da concessão de empréstimos consignados pelo Instituto.
48 Creio que todos leram o processo que foi digitalizado e enviado para leitura prévia para que
49 nesta reunião possam se manifestar, então vamos escutar a opinião dos colegas, acreditando
50 que o momento é agora para que possamos discutir, sabendo talvez neste momento nem todas
51 as questões que possam ser levantadas serão dirimidas, mas que é necessário que todos nós
52 possamos trabalhar para que o Instituto possa caminhar e ter uma ótima experiência com isto
53 juntamente com nossos servidores, aposentados e pensionistas. Pelo membro **Miriam** foi
54 perguntado qual seria o impeditivo legal que impede a concessão de empréstimos
55 consignados. Pelo membro **Claudio** foi respondido que de acordo com o artigo 92 da Lei
56 Complementar municipal nº 015/1999 que é a Lei de Criação do Instituto. Esta lei é bem
57 antiga, naquela época a legislação federal não estava tão avançada. Hoje temos autorização do
58 Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Portaria 1.467/2022 do Ministério da Previdência
59 que foram analisadas pelo Jurídico e fazem parte do Processo administrativo. Pelo membro
60 **Miriam** foi dito que em diversas reuniões com o Prefeito sobre dissídio foi mencionada esta
61 vedação legal que precisa haver uma mudança na legislação municipal através da Câmara
62 Municipal de Macaé. Pelo membro **Viviane** foi dito que seria então somente a adequação a ela
63 pois a nossa política de investimentos já traz esta previsão. Pelo membro **Erenildo** foi dito
64 que a nossa política de investimentos traz esta previsão para empréstimos consignados e que

2



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

65 apesar do limite inferior ser 0%, a estratégia alvo estar em posicionada em 0 %, o limite
66 superior está posicionado em 10 % o que nos permitiria realizar este investimento. De
67 qualquer forma seria interessante a alteração da política de investimentos tendo em vista a
68 atualização das legislações e regulamentações referente a este assunto. Pelo membro **Claudio**
69 foi dito que também há a vantagem de acabar com esta visão de que o Instituto é somente um
70 desconto no contracheque, sem contrapartida, o que não é verdade, pois além da garantia dos
71 benefícios de aposentadoria e pensão, colocaria o Instituto em um cenário mais proativo
72 auxiliando aos segurados com taxas mais convidativas. Pelo membro **Miriam** foi dito que
73 achou interessante a sua colocação Presidente Claudio quando falou que o “S” do RPPS está
74 minúsculo. Precisamos resgatar na história, que o Instituto da Previdência no Brasil nasce
75 com a caixa dos ferroviários com o objetivo de socorrer as viúvas, justamente com este olhar
76 social. Naquela época os ferroviários morriam e as viúvas ficavam desamparadas e esta
77 cooperação entre os trabalhadores resultou no processo previdenciário. Perguntou sobre a
78 página 21 do processo em que versa que serão vedadas novas concessões de empréstimos aos
79 servidores, aposentados e pensionistas do órgão que não efetuou o respectivo repasse, por
80 prazo igual ao período de atraso, contado a partir da regularização total dos pagamentos.
81 Então baseado neste artigo, não seria permitido o Refin? Pelo membro **Claudio** foi respondido
82 que o Instituto poderá comprar a dívida de outros bancos, mas o contrário não poderá ocorrer.
83 Por exemplo, se um servidor contrata um empréstimo com o banco “X”, daí a taxa do
84 Instituto está melhor, então o Instituto compra essa dívida com este banco “X”, mas depois de
85 comprada não pode ser vendida para outro banco a não ser que seja quitada a dívida com o
86 Instituto. Pelo membro **Miriam** foi dado outro exemplo, de um servidor que passe um ou dois
87 anos com empréstimo consignado pelo Instituto, assim ele consiga a evolução do seu salário
88 tais como aumentos ou reposição inflacionária, o que faz com que tenha uma margem maior,
89 então é possível que ele possa refinar com o Instituto. Pelo membro **Claudio** foi dito que
90 sim. Pelo membro **Miriam** foi dito que viu muitos aspectos positivos neste movimento,
91 sobretudo o caráter social e endividamento das famílias. Neste aspecto, penso que seria
92 interessante quanto a questão de a educação financeira ser atrelada neste processo. Se
93 poderíamos atrelar ou se seria ilegal atrelar a educação financeira. Então penso que o trabalho
94 pode se perder se continuarmos praticando as mesmas formas de se dar com o dinheiro que a
95 gente tinha antes. Se nós não tivermos a questão da educação financeira poderemos ser
96 somente mais um no mercado, prejudicando o lado social. Pelo membro **Claudio** foi dito que



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

97 esta questão foi levantada no Conselho Previdenciário sobre se seria impeditivo para quem
98 não fizer educação financeira contrair empréstimos com o Instituto? De fato, não. Penso que a
99 educação financeira é um plus que contém várias orientações aos segurados quanto a questão
100 do endividamento consciente. Pelo membro **Erenildo** foi dito que este é um projeto já
101 pensado juntamente com o Presidente, assim como a ideia do Presidente do programa de pós-
102 aposentadoria. A operacionalidade da educação financeira precisa ser trabalhada. A parte da
103 educação financeira é uma formação que eu tenho, sou educador financeiro formado tendo
104 uma certificação para isto. Tenho alguns materiais montados e penso que esta parte é
105 superimportante. A ideia é o atingimento de o maior número de pessoas, abordando alguns
106 temas tais como decisões de créditos, crédito mais barato, quando vale a pena pegar um
107 crédito ou não, enfim, a educação financeira ajuda tanto a parte de dívidas quanto a parte de
108 poupar para o futuro. Então que não seria algo impeditivo, mas seria algo extra para ajudar o
109 servidor. Pelo membro **Viviane** foi dito que nós trabalhamos na comunicação do SINDSERVI
110 algumas estratégias para transmitir as informações de maneira objetiva e simples para os
111 servidores. Além da educação financeira poderia ser elaborada uma cartilha com as
112 orientações em uma abordagem simples e leve, para ser entregue aos servidores (ativos e
113 inativos) e pensionistas que contratarem o empréstimo consignado. Pelo membro **Cláudio** foi
114 dito que um ponto importante é a segurança. Com as experiências de alguns RPPS que
115 conseguiram implementar o empréstimo consignado foi possível entender que a automação é
116 um requisito que contribui para a diminuição dos custos. Mas para o aposentado seria
117 interessante a assinatura da averbação do empréstimo porque sendo tudo online pode correr o
118 risco de ser realizado por terceiros, então o aspecto de segurança é importante. Pelo membro
119 **Miriam** foi dito que havia pensado em algo mais direcionado para a educação financeira
120 como por exemplo a oferta de juros mais baixos atrelados a concordância do servidor na
121 diminuição da margem. Hoje em dia, com perdas salariais de 60 % e margem no limite, entra
122 muito pouco para o servidor. Então, quando os juros são mais baixos com prazo mais longo
123 pode contribuir para o aumento da renda. Entendo que hoje em dia as pessoas têm dificuldade
124 de leitura, seja por tempo, seja pela dificuldade no entendimento, então entendo que a mídia
125 de vídeos curtos são um bom acesso e meio para fixar o conteúdo. Isto aumenta a fixação de
126 conteúdos de educação financeira. Pelo membro **Patric** foi dito que esta parte da educação
127 financeira já está prevista no Manual do PRÓ-GESTÃO, à medida que você vai avançando de
128 nível no PRÓ-GESTÃO o aspecto da educação financeira é previsto. A legislação evoluiu



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

129 para o entendimento de que o empréstimo consignado é uma possibilidade segura e rentável
130 para os Institutos e a medida que isto evolui acredito que em pouco tempo no futuro teremos
131 um escalonamento de empréstimos consignados de acordo com o NIVEL atingido no PRÓ-
132 GESTÃO. Temos trabalhado forte na questão da renovação e elevação do nível que
133 possuímos. Entendo que a obrigação nossa enquanto gestão é oferecer a todos os materiais e
134 ou vídeos com conteúdos para que o servidor saiba sobre educação financeira, entendendo
135 que nem sempre pode ser compreendido naquele momento pelo servidor, pois no momento do
136 consignado o servidor se concentra na resolução ou objetivo que está pensando naquele
137 momento, que é pegar o empréstimo. Pelo membro *Miriam* foi dito que pensa que seria um
138 pouco mais que isso, por isto insisto nessa questão da educação financeira. Pois isto acaba se
139 revertendo sobre a gente mesmo. Penso que disponibilizar recursos somente não é suficiente,
140 é bom para o Instituto porque a nossa saúde financeira vai melhorar assim como foi colocado
141 várias vezes, mas para o trabalhador, se não tiver uma questão mais firme, talvez não adiante
142 para a resolução do problema do servidor que continuará com problema financeiro, mesmo
143 pegando empréstimo. Pelo membro *Fabio* foi dito que gostaria de parabenizar a iniciativa da
144 gestão que é de salutar importância. São muitos temas que temos que tratar. A importância de
145 nós conseguirmos mudar esta situação, já debatida pelos colegas, que muitos de nós
146 servidores estão. Conscientizar é um pouco difícil as vezes, então entendo que deve ser mais
147 enérgico, não sendo muito genérico. Mas o que me preocupou no momento, é a operação
148 disto tudo. Entendo que a implementação, a adequação a Lei é um movimento mais fácil. Mas
149 a implementação prática, visando a segurança, os cuidados que a lei determina, as vedações, o
150 material humano, capacitação, tecnologia e tudo mais que foi escrito pelos setores
151 competentes. Estamos evoluindo para uma aprovação juntamente com o concurso público
152 para atendimento também do Instituto. Este debate é importante, bem como a conscientização
153 do servidor de sair desta situação financeira e não voltar mais. Parabenizar a gestão e o
154 colegiado pelas análises, temos muito trabalho para realizar e concordo que esta modalidade
155 vai contribuir bastante para o atingimento da meta atuarial. Pelo membro *Viviane* foi dito que,
156 de acordo com o parecer do gestor de investimentos Erenildo, ele sugere que nós visitemos
157 outros Institutos. E quanto à questão da educação financeira acho que seria interessante para
158 entendermos como outros Institutos estão fazendo quanto a isto. Entendo que nós não
159 podemos trazer para nós a responsabilidade de resolver um problema de uma sociedade
160 inteira, que vem de décadas e décadas da falta de educação financeira. Reforço a ideia da

5



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

161 abordagem mais simples possível para poder o servidor começar a enxergar que existe isto e
162 ter consequente interesse na educação financeira. É um trabalho longo que demandará tempo.
163 E não estamos aqui para punir ninguém. Pelo membro **Miriam** foi dito que gostaria de falar
164 sobre outra questão falada no parecer do membro **Erenildo**, como gestor de investimentos, da
165 sugestão da criação de um grupo de trabalho específico ou Comissão para estudar todos os
166 detalhes, trabalhos e impactos da concessão de empréstimos consignados. Enquanto
167 presidente do SINDSERVI e membro deste Comitê, gostaria de sugerir a construção deste
168 grupo e gostaria que o SINDSERVI tivesse um assento garantido para podermos contribuir e
169 acompanhar mais de perto sobre todo este detalhamento do que vai ocorrer. Concordo com a
170 proposição do membro Erenildo no que diz respeito as visitas a outros RPPS que estão
171 realizando esta modalidade, bem como a outros bancos para entendermos se procede esta
172 modalidade. Pelo membro **Erenildo** foi dito que complementando sobre questão da educação
173 financeira que o membro Viviane falou, tenho contatos com alguns RPPS e cada um tem feito
174 que uma forma, parceiras com bancos e instituições financeiras, cartilhas, ações concretas
175 presenciais, contratos com empresas para disponibilizar cursos online. Acredito que todas as
176 formas são validas, cursos online, podemos fazer várias ações em conjunto. Sobre o que o
177 membro **Miriam** comentou das instituições financeiras, temos abertura para realizar visitas
178 técnicas se for o caso. Pelo membro **Viviane** foi dito que na questão da educação financeira a
179 melhor coisa é diversificar os métodos de aprendizado. Temos ativos, inativos e pensionistas e
180 temos muitos anos sem concurso e com isto não temos quase nenhum servidor abaixo dos 30
181 anos. Nossa população não está tão jovem, e podem sentir dificuldade no entendimento ou
182 acesso a determinadas mídias. Pelo membro **Claudio** foi dito que isto tudo é levado em
183 consideração através da elaboração de um estudo atuarial para determinar o montante que o
184 Instituto pode emprestar e para quem emprestar. Outra questão central é universalidade destes
185 recursos que são para atender a todos. Outro tema importante para ser discutido depois é a
186 definição da Política de Crédito que é documento formal que define as regras de quanto pode
187 se emprestar, para quem pode se emprestar, os limites e o quantitativo de dívidas da sua
188 população. Temos que realizar também este estudo com a massa dos servidores também da
189 prefeitura e para isto já estou tendo algumas tratativas com o secretário de Recursos
190 Humanos, Aristófanis Quirino. Pelo membro **Patric** foi dito que gostaria de registrar o apoio a
191 reivindicação da Presidente do SINDSERVI, **Miriam**, quanto a se tiver a composição do
192 grupo de trabalho que possa o sindicato possuir um assento para colaborar com os trabalhos



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos



193 acompanhando e contribuindo. Entendi que na data de hoje, percebo que todos nós estamos
194 empolgados com esta possibilidade, pois é técnico e é novo, temos algumas questões e passos
195 que precisamos cumprir para chegarmos a este objetivo. Mas entendi que hoje precisaríamos,
196 enquanto Comitê de Investimentos, nos manifestar a respeito da viabilidade técnica da
197 implantação ou não de alocação de empréstimos consignados sob o aspecto de investimento.
198 Tenho certeza de que esta é a primeira reunião de muitas porque o assunto não se esgota nessa
199 reunião, como disse, tem muitos passos que precisam ser cumpridos até que o objetivo seja
200 alcançado. Pelo membro **Alfredo** foi dito que sem dúvida nenhuma essa proposição é mais
201 uma que visa a atender aos interesses dos servidores. Mais uma medida da atual gestão em
202 prol do servidor, da valorização e reconhecimento da importância dos servidores para a
203 administração, mas também fiquei um pouco na dúvida assim como o membro **Patric**, de qual
204 seria o objeto desta reunião, se seria basicamente apresentação e discussão ou se teria alguma
205 deliberação. Entendo que este projeto tem um alcance sensacional que só tem a contribuir
206 ainda mais com o servidor público, ainda mais neste momento econômico que passamos, as
207 dificuldades de sustentar a família e pagar as contas. Penso que uma vez sendo autorizado por
208 Lei, tendo previsão legal, sendo observado os limites e critérios, esta minuta de Projeto de
209 Lei, ainda em elaboração pelo Macaeprev, vai ser ainda encaminhado para o Gabinete do
210 prefeito, no tempo de maturação interna do Instituto, penso que isto só vai enriquecer ainda
211 mais o arcabouço legal que a atual gestão tem praticado em prol do servidor público. Pelo
212 membro **Claudio** foi dito que se não tivesse esta vedação legal, o Instituto não precisaria de
213 autorização legislativa para fazer o empréstimo consignado. Fica por conta do Instituto a
214 elaboração da política de crédito e a única vedação que temos no momento é esta. Aqui no
215 município precisamos desta modificação na legislação, mas em outros municípios que não
216 possuem, estes já estão autorizados pelas legislações federais já mencionadas. Pelo membro
217 **Viviane** foi dito que com relação a este conflito de lei, tem o conflito de lei no tempo, a
218 hierarquia e a especialidade. No conflito de lei no tempo, aqui autoriza posterior. Da
219 hierarquia, a norma federal se sobrepõe a lei municipal. E na especialidade, já que existe esta
220 a possibilidade e a vontade dos órgãos, entendo que ninguém vai querer impedir que este
221 processo caminhe. É importante que se modifique a legislação municipal devido ao princípio
222 da legalidade do ato administrativo. Para o Instituto também é bom, porque o risco de crédito
223 é baixo, a volatilidade é baixa e é por isto que todos estão entendendo que é um bom
224 movimento. Pelo membro **Claudio** foi dito que quanto aos riscos potenciais. Temos uma taxa

7



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

225 específica para constituição de continência para variações inflacionárias da meta atuarial e
226 IPCA. Temos outra taxa específica para compor fundo de reserva de contingência para riscos
227 com exoneração de servidor ativo, auxílio-doença, evento morte, estando amparado por este
228 fundo. Entendo que o maior risco é o de exoneração de servidor ativo. Então alguns
229 benefícios são a redução da volatilidade, o batimento de meta atuarial, o reconhecimento da
230 rentabilidade exatamente um mês após a concessão do empréstimo. Entendo ser um
231 casamento perfeito ao atendimento ao servidor publico e ao anseio do Instituto em bater meta
232 atuarial. Além da possibilidade criação de moeda escritural pelo Instituto, que este dinheiro
233 vai voltando e recompondo o saldo desta conta. Ressalto a importância do PRÓ-GESTÃO,
234 que tem sido uma prioridade na gestão e em toda a equipe, pois com ele o limita chega a 10
235 %. Vejo que é um lugar que o Instituto merece estar e com este passo ele tenderá a realizar
236 operações de empréstimo consignado assim como um banco. É certo que o objetivo desta
237 reunião é promover o debate no Comitê para vislumbrar a possibilidade de concessão de
238 empréstimos consignado, sob a ótica de investimentos. Pelo membro *Miriam* foi dito que não
239 tem dúvidas que a execução deste projeto vai ser tão brilhante quanto os outros projetos que o
240 Instituto conduz no dia a dia de trabalho dada a seriedade dos profissionais que a gente tem
241 nesta casa. Penso que a questão de estarmos reunidos aqui hoje é a questão de investimento e
242 o empréstimo consignado é uma opção de investimento para nossa carteira. Mais uma vez,
243 insisto aqui no assento do Sindicato porque a gente vem trabalhando muito nisto, nesta
244 questão de endividamento e empobrecimento dos servidores. É importante para nós, enquanto
245 Sindicato, ter a nossa participação por que a gente conversa com os servidores, dialoga,
246 podemos fazer grandes trocas, trazer do chão de fábrica dos trabalhadores para o chão de
247 fábrica do Instituto. Gostaria de ressaltar este olhar social dessa gestão para os trabalhadores e
248 para toda a sociedade macaense. Essa proposta começa a nascer do nosso apego a moeda
249 social, ao banco solidário, a exemplo de Maricá com juros zero, mas houve algumas questões
250 mais técnicas que viabilizaram. Logo em seguida, veio a proposta do *Claudio* com o Gestor
251 para viabilizarmos este projeto via Macaeprev. Então, nesta gestão, de um lado temos a
252 Macaíba, que é a moeda social, que poderá atender todo um cinturão de pobreza em Macaé,
253 que é natural de uma sociedade capitalista, aqui ela se potencializa por ser uma cidade
254 portuária e de grandes oportunidades na área petrolífera, mas muita gente vem para cá sem
255 nenhuma qualificação e não consegue se inserir, engrossando o caldo da pobreza. E agora
256 temos um outro olhar social voltado para o servidor através do Macaeprev que visa o



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos



257 tratamento deste processo de endividamento. Então gostaria de salientar que sem este olhar
258 social desta gestão que temos hoje, nós não estaríamos nem tendo esta conversa. Espero que
259 tudo dê certo e estou muito entusiasmada torcendo muito por isto. Pelo membro **Claudio** foi
260 dito que é preciso agradecer ao Executivo que prontamente quando foi apresentado, o governo
261 abraçou esta possibilidade. É um processo feito com todas as mãos, o dinheiro que está aqui é
262 do servidor, para aposentadorias e pensões e para posteriormente empréstimo consignado. Foi
263 muito bem aceito pelo governo que acreditou na equipe técnica e todos os colegiados que nós
264 temos. Pelo membro **Alfredo** foi perguntado ao membro **Claudio** que em se concretizando as
265 alterações legais pertinentes se possível dar um panorama de um prazo, ou por experiencia de
266 outros Institutos, de quando se consegue implementar e efetivar os empréstimos consignados?
267 Pelo membro **Claudio** foi dito que o processo tem fluído bem, findando aqui no comitê, ainda
268 teremos uma reunião para condensar todos os apontamentos para envio ao Gabinete, com a
269 respectiva minuta de Projeto de Lei para encaminhamento à Câmara. Acredito que após,
270 seguiremos com procedimento licitatório, mas há alguns passos que depende de outros atores
271 envolvidos. Acredito que possamos concluir antes do final do ano. Entendo que todos os
272 atores envolvidos entendem que é um bom projeto então todos devem ajudar para a
273 finalização com brevidade. Pelo membro **Alfredo** foi dito que acredita que a parte menos
274 burocrática é a questão do ajuste legislativo. Acredito que terá aprovação unanime pela
275 Câmara porque os vereadores são sensíveis aos servidores públicos. Fico um pouco
276 preocupado pela ansiedade que um assunto como este pode gerar nos servidores, já que
277 muitos não tem a dimensão de que não basta uma simples alteração da lei local para iniciar a
278 concessão de empréstimo, tem toda uma complexidade de ações e medidas administrativas
279 que necessariamente precisarão ser adotadas pelo Macaeprev, como, por exemplo, licitar a
280 contratação de empresa especializada, dentre outras, que certamente levarão um certo tempo.
281 Então eu deixo como sugestão, que deve haver um trabalho conciso entre o Instituto,
282 Sindicato e Prefeitura, através da Secretaria de Comunicação, de modo que se divulgue este
283 tramite para que não se gere uma expectativa que talvez não se efetivamente entregue. É
284 importante que desde logo, sabendo que é um interesse do Executivo, do Macaeprev, do
285 Sindicato e dos colegiados, que também se trabalhe a conscientização do servidor publico
286 para que entenda que uma vez aprovada a lei, como que essa engrenagem vai funcionar e
287 quais são os próximos passos. Temos que nos unir o máximo possível para evitar
288 desencontros de informação. Pelo membro **Claudio** foi dito que é preciso dizer que o Instituto



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

289 precisa bater a meta, então a taxa deve acompanhar a meta atuarial, seremos mais um player
290 do mercado e não a “salvação da lavoura”. Precisamos trabalhar com diversos atores,
291 dependemos de informações referentes a folha de pagamento e estas tratativas já estão sendo
292 realizadas. O Instituto precisa bater a meta atuarial, mas há a oscilação natural do mercado,
293 então para isto é determinado uma taxa para proteger sobre esta variação do mercado. Tudo
294 depende do mercado e do cenário, taxas diversas podem ser ofertadas pois depende do cenário
295 econômico. Pelo membro **Miriam** foi dito que por isto que solicitou o assento para participar
296 deste grupo de trabalho. Pelo membro **Eduardo** foi dito que é atribuição direta do Comitê de
297 Investimentos analisar em todos os aspectos a viabilidade da operação e os riscos envolvidos
298 de modo que os resultados obtidos atendam aos princípios de segurança, rentabilidade,
299 solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência com
300 o objetivo de alcançar a meta atuarial. Particularmente eu avalio que a operação de
301 empréstimo consignado é a operação mais segura das opções de investimento existentes
302 quando executada adequadamente, uma operação consignada onde o dono do dinheiro
303 desconta da folha que ele mesmo faz sem dúvida é uma excelente operação, o risco é menor
304 que do título público, logo, na minha opinião, se podemos emprestar 100% para União, que é
305 mais arriscado que eu consignar minha própria folha de pagamento, deveria ser permitido
306 100% para esta operação de consignado também, mas nosso limite é de apenas 5% (+ 5%
307 com Certificação Pró-Gestão). Olhando para a rentabilidade acredito que também é mais
308 rentável, em uma simulação matemática simples pegamos 1% de taxa nominal (remuneração
309 do dono do dinheiro) ao mês, isso representa uma rentabilidade 12,68% ao ano, descontando
310 uma inflação projetada de 3,5% ao ano, temos uma rentabilidade real de IPCA + 8,87% ao
311 ano e como é uma rentabilidade fixa, seria semelhante quando compramos um título marcado
312 na curva, todo mês vou registrando a mesma rentabilidade sem variação, eu conseguiria
313 "travar" minha carteira com IPCA + 8,87%, é uma excelente medida saneadora de déficit
314 atuarial, na prática, estamos "trazendo" o recurso que estava no sistema bancário para "pagar"
315 o déficit atuarial do nosso sistema previdenciário, mas do lado da preocupação e controle dos
316 riscos temos que analisar efetivamente qual será o custo da operação, taxa administrativa,
317 seguro, proteção contra oscilações de risco, temos a proteção do devedor solidário, criar
318 dispositivos na lei para impedir a anistia e perdão de dívidas, vai que no futuro os
319 pensamentos e objetivos não sejam mais os mesmos de hoje. Diante de tantos “prós e contras”
320 faço um paralelo com a Matriz Swot que é uma das ferramentas de análise da Administração



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

321 onde precisamos fazer o levantamento dos seguintes aspectos: Pontos Fortes, Pontos Fracos,
322 Ameaças e Oportunidades, mas de forma resumida pontuo que temos muitos aspectos
323 positivos que podem garantir o sucesso do trabalho como: CAPAG nota A do Município,
324 obrigação de constituir fundos garantidores e/ou de oscilação de riscos, e/ou contratar seguros
325 regulamentados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e autorizados pela
326 Superintendência de Seguros Privados – Susep, taxas adicionais de risco para fazer frente a
327 eventos extraordinários, encargos financeiros capazes de cobrirem todas as despesas
328 operacionais, fiscais, administrativas e jurídicas, obrigatoriedade dos repasses das
329 consignações pelos poderes, órgãos ou entidades responsáveis pelo pagamento dos servidores,
330 aposentados e pensionistas tomadores de empréstimos, responsabilidade como devedores
331 solidários aos poderes, órgãos ou entidades responsáveis pelo pagamento dos servidores,
332 aposentados e pensionistas tomadores de empréstimos em caso de falha, culpa, imperícia, etc.
333 Mas também temos aspectos negativos como: a concessão de empréstimos será
334 automaticamente suspensa quando o saldo da carteira de investimentos em empréstimos
335 atingir o percentual de alocação máximo estipulado, a questão da expectativa de sobrevida de
336 cada um dos segurados e beneficiários frente aos prazos das operações, a margem consignável
337 disponível de cada um, critérios para servidores recém empossados e em estágio probatório,
338 redução da remuneração com a iminência da aposentadoria, possibilidade de exonerações,
339 demissões, cessação do vínculo ou do benefício, ou de afastamentos do servidor sem
340 manutenção da remuneração mensal antes do término da amortização do empréstimo, por
341 processos administrativos ou judiciais, não conhecemos nenhum grande RPPS no Brasil, com
342 perfil semelhante ao de Macaé, que já esteja efetivamente praticando essa modalidade de
343 investimento e que já tenha sido devidamente auditado e aprovado pela SPREV ou TCE, o
344 qual pudéssemos visitar para troca de informações e experiências. Outros aspectos que eu
345 também considero relevantes é que precisamos nos preocupar com os fundamentos ESG
346 (termo inglês) que traduzido para o português é ASG (ambiental, social e governança
347 corporativa), por exemplo o vereador Guto Garcia destacou em uma das sessões recentes da
348 Câmara Municipal uma questão social muito importante referente aos servidores que já
349 possuem empréstimo consignado e estão passando por dificuldades econômicas diante das
350 taxas de juros elevadas praticadas pelo mercado, atendendo ao aspecto social do trabalho
351 esses servidores deveriam ter prioridade no atendimento, como sugestão em época apropriada
352 deveríamos primeiro abrir um edital para resolver a situação financeira e econômica de todos



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

353 aqueles que já tem empréstimo contratado junto aos diversos bancos e gostariam de ter os
354 seus empréstimos avaliados sobre um melhor cenário e proposta, afinal esses servidores estão
355 em condições sociais difíceis e urgentes, tanto é que já se sujeitaram as taxas de juros mais
356 elevadas do mercado. Da mesma forma acho que ainda temos aqueles servidores com dívidas
357 e CPF's negativados em consequência das inadimplências antigas junto a CEF, BB, etc,
358 referente a época da suspensão das Incorporações. Devemos ficar alertas quanto as boas
359 práticas de gestão exigidas pela Portaria 1.467/2022, pelo Manual de Certificação dos
360 dirigentes e membros de conselhos e comitê e do Manual do Pró-Gestão, entendo que a
361 empresa intermediária contratada para executar essas operações deveria ser enquadrada no
362 cumprimento das exigências da Lei Federal 9.717/1998, artigo 8º e parágrafo 2º e artigo 8º-A,
363 constando as respectivas responsabilidades em Termo de Referência e Contratos
364 Administrativos, da mesma forma deveria ser observado as exigências da Portaria 1.467/2022,
365 artigo 84 e parágrafo 3º. Como será a remuneração dessa empresa? Será através de fatores
366 fixos ou através de fatores variáveis atrelados de acordo com a proporcionalidade dos
367 empréstimos tomados? Esses dispositivos legais são ótimas orientações a serem seguidos
368 (aqui eu abro um parênteses para fazer um paralelo e lembrar a todos da febre do COMPREV,
369 que foi o aparecimento de muitas empresas mirabolantes pelo Brasil oferecendo soluções
370 também mirabolantes para recuperação desses recursos que estavam represados no RGPS e
371 depois veio a SPREV e os TCE's aplicando sanções em todos os RPPS's que adotaram dessa
372 prática). A Portaria 1.467/2022 em seu Anexo VIII e a Resolução CMN 4.963/2021 na seção
373 II e subseção VI possuem uma extensão de obrigações para o Município e a Unidade Gestora
374 do RPPS diretamente cumprirem, precisamos verificar todas as exigências técnicas, é preciso
375 informar e destacar para o Poder Executivo e Legislativo todas as responsabilidades impostas
376 por esses regulamentos. É preciso avaliar se temos recursos financeiros para atender a todos,
377 elencar critérios para a oferta e disponibilização desses recursos caso o estudo aponte por uma
378 insuficiência dos mesmos, os servidores mais necessitados social e economicamente precisam
379 ter a oportunidade de acessarem esses recursos, considerando que o nosso limite atual seria de
380 aproximadamente 450 milhões de reais porque temos a Certificação do Pró-Gestão, se a taxa
381 de juros for muito atrativa e extremamente melhor que a praticada pelo mercado, poderá ter
382 como consequência uma procura muito abrupta por esses recursos e eles não serem suficientes
383 para atender a todos, assim devemos estar muito atentos nas análises e apresentações desses
384 estudos, até porque é preciso garantir a rentabilidade nas operações e bater a meta atuarial



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

385 nesse segmento de investimento, essa atividade não poderá contribuir para aumentar o déficit
386 atuarial do nosso Regime de Previdência. Também é preciso precauções para que os futuros
387 dirigentes do Macaeprev, Chefes do Poder Executivo e Legislativo não sejam
388 responsabilizados e criticados pela falta de recursos no decorrer dos anos, trazendo impacto
389 negativo a imagem de todos. Concluo por hora que todas as análises precisam ser feitas com
390 muito estudo e cautela, fazer um levantamento de todos os parâmetros, reestruturação
391 sistêmica, operacional e recursos humanos para que seja possível minimizar e/ou bloquear
392 todos os riscos e ameaças, buscando sempre a rentabilidade necessária para atingir a meta
393 Atuarial e não criar condições que irão ainda mais onerar os recursos do tesouro municipal
394 através do aumento do déficit atuarial, e acima de tudo lembrar a todos que todo o cuidado
395 ainda é pouco, porque o crime de dano ao erário não prescreve, mas se dá certo para as
396 instituições bancárias fazerem e auferirem grandes rentabilidades, porque não daria certo pra
397 gente, desde que tenhamos a mesma estrutura e ferramentas de trabalho, porque o foco do
398 Macaeprev é a concessão e pagamento de Benefícios Previdenciários e agora estaríamos
399 assumindo mais um trabalho de grande peso, muita demanda e responsabilidades semelhante
400 as Instituições Bancárias (passaríamos a ser quase um banco também), assim também
401 recomendo que no Macaeprev os seus dirigentes e o gestor de investimentos tenham nível
402 avançado de certificação e que para todos os demais participantes do processo como membros
403 de conselhos e comitês tenham no mínimo o nível básico da mesma certificação. De acordo
404 com a Portaria 1.467/2022, artigo 154 e Parágrafo único, os diversos critérios deverão ser
405 estabelecidos na Política de Investimentos do RPPS e só isso já basta para demonstrar a
406 gigantesca responsabilidade do Comitê de Investimentos nesse processo de trabalho. Vamos
407 em frente com fé em Deus!!! Pelo membro **Miriam** foi dito que discorda da afirmativa de
408 priorizar as pessoas mais endividadas, por isto volto ao ponto sobre a educação financeira,
409 tendo em vista o princípio da universalidade é preciso verificar esta questão. Pelo membro
410 **Patric** foi dito que entende que se trata de uma demanda do Chefe do Poder Executivo, Exmo.
411 Sr. Prefeito Welberth Rezende, combinado com a gestão do Macaeprev, através do Presidente
412 Claudio Duarte, juntamente com esforços do Sindicato dos Servidores de Macaé –
413 SINDSERVI, sua Presidenta Miriam Amaral e equipe. Foi entendido que cada um dos seus
414 atores tem papel definido no atingimento do objetivo, sendo que o Macaeprev possui papel da
415 execução dos estudos e procedimentos necessários para tornar realidade esta demanda. O
416 Macaeprev, sob a gestão do seu Presidente Cláudio Duarte, juntamente com os órgãos



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

417 colegiados e equipe, estão responsáveis pela análise técnica de viabilidade, sobretudo do
418 ponto de vista de Investimentos. Razão pela qual a manifestação do Comitê de Investimentos
419 torna-se fundamental e bem acertada pela condução do Macaeprev. A concessão de
420 empréstimos consignados a seus segurados deve ser entendida como uma das possibilidades
421 de alocações de recursos determinadas na Resolução CMN 4.963/2021 e que deve ser
422 analisada sob a ótica dos princípios elencados no art. 1º que são os de segurança,
423 rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e
424 transparência; Alguns RPPS têm promovido ajustes na sua legislação desde a regulamentação
425 desta possibilidade, mas que a concessão de empréstimos é algo relativamente novo no
426 âmbito dos RPPS, então o Macaeprev também se torna pioneiro neste aspecto. A princípio, o
427 processo nas suas 74 páginas, foi bem instruído pelos setores responsáveis do Macaeprev,
428 sobretudo juridicamente, sendo abordado sobre as diversas óticas necessárias por seus setores.
429 Sob a ótica de investimentos, do ponto de vista da diversificação é mais uma opção dentre as
430 que os RPPS possuem hoje para o atingimento da meta atuarial, componente importante do
431 princípio número um dos RPPS que é o equilíbrio financeiro e atuarial. Considerando os
432 princípios da resolução, sob o aspecto de segurança a legislação trouxe a garantia de que na
433 taxa paga pelo segurado contenha percentuais destinados a eventos de desligamento e morte
434 bem como taxa para específica para cobertura de flutuação da meta atuarial e ou IPCA.
435 Outrossim, a legislação vincula a anuência dos responsáveis pelo pagamento dos servidores,
436 aposentados e pensionistas, de sua responsabilidade como Devedor Solidário pela cobertura
437 de eventual inadimplemento. Sob o aspecto da rentabilidade é possível dizer que a legislação
438 determina que a taxa praticada tem que retornar a meta atuarial definida na política de
439 investimentos liquida dos custos, o que entendo ser um ponto positivo tendo em vista o
440 cenário econômico difícil e que se comparado a outros tipos de investimentos, entendo
441 possuir menos risco. Sob o aspecto da solvência é possível dizer que o Macaeprev se encontra
442 em uma situação melhor do que muitos RPPS, sendo que considerando o seu patrimônio
443 possui cobertura atuarial em mais de 80% frente as provisões matemáticas. Do ponto de vista
444 da motivação entendo que já foram levantados nos autos, mas a motivação do lado do
445 Macaeprev, é que dá a possibilidade de alocar recursos em investimentos com meta atuarial
446 garantida, redução de riscos na carteira, volatilidade, diminuição do déficit atuarial. Do lado
447 dos Segurados, dá a possibilidade de os segurados acessarem crédito com um custo menor do
448 que nas instituições bancárias. Do lado dos Patrocinadores e ENTE constitui o reforço na



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

449 economia da cidade, diminuição de recursos alocados para cobertura de déficit atuarial e traz
450 uma eficácia na alocação de recursos e gestão. Do ponto de vista da liquidez se caracteriza
451 como um investimento líquido pois à medida que o empréstimo acontece, o risco de não
452 pagamento é próximo de zero pois seu órgão pagador retém diretamente na folha de
453 pagamento. Do ponto de vista da adequação à natureza de suas obrigações, a limitação a
454 concessão de 10 % do patrimônio reduz riscos relativos ao casamento de ativos e passivos,
455 também mitigado pela avaliação atuarial inicial, pela política de crédito e pelo Estudo de
456 ALM. Neste momento também trago a luz a importância da gestão do Macaeprev neste
457 movimento demandado, no que diz respeito a manutenção e elevação do nível do Pró-Gestão.
458 Atualmente temos o NÍVEL I que terá a validade até 25/11/2024. A legislação versa que se o
459 RPPS não tem o Certificado do Pró-gestão ele pode emprestar 5% do Patrimônio Líquido
460 (PL). Com o PRÓ-GESTÃO este limite sobe para 10 %. Isso demonstra a importância desta
461 Certificação no âmbito dos RPPS e traz uma responsabilidade ao Macaeprev em sua
462 renovação. Sendo uma diretriz da gestão do Macaeprev, no Instituto temos uma equipe
463 multitarefa constituída como Comissão do PRÓ-GESTÃO, na qual estou como Presidente,
464 mas que é realizada por todos no Instituto e que está empenhando esforços na renovação deste
465 certificado. É preciso dizer um ponto não levantado até agora, que é a responsabilidade social
466 ligada diretamente ao Investimento. O Instituto Macaeprev, órgãos colegiados, Ente e
467 Sindicato e, principalmente, o Comitê de Investimento e Conselho Previdenciário aumentarão
468 os seus níveis de responsabilidade quanto aos investimentos e atingimento da meta atuarial
469 após a efetividade deste projeto, digo isto porque, à medida que teremos um limite de 10 % do
470 Patrimônio líquido, entendido como um percentual vinculado a um valor, cada ano ou, até
471 mesmo mensalmente, em que não se atingir a meta atuarial, isto representará em grandeza
472 diretamente proporcional, menor valor a ser disponibilizado para a modalidade de concessão
473 de empréstimos a seus segurados. Razão pela qual, o atingimento da meta atuarial ganha um
474 reforço e mais visibilidade elevando a régua de responsabilidade principalmente para o
475 Comitê de Investimentos e para o Conselho Previdenciário. Então entendo que se tomadas
476 todas as precauções, se seguido toda a legislação e todos os tramites administrativos e
477 operacionais necessários, será mais uma opção de alocação de recursos do Instituto que
478 alcançará a meta atuarial do Instituto contribuindo para o equilíbrio financeiro e atuarial. **II –**
479 **CONCLUSÃO: Encerradas as manifestações, os membros, por unanimidade, se**
480 **manifestaram de forma positiva quanto a viabilidade técnica da alocação de recursos do**



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência
Comitê de Investimentos

481 Macaeprev na modalidade de concessão de empréstimos consignados, baseado no
482 apresentado no processo administrativo nº 310.807/2024, na Resolução CMN 4963/2021
483 e na Portaria nº 1467/2022. Entendido que neste momento há vedação legal pela Lei
484 Complementar nº 015/1999 para concessão de empréstimos e que o prosseguimento
485 dependente de alterações legislativas. Concordaram sobre a necessidade de alteração da
486 política de investimentos para adequá-la as legislações, regulamentações e percentuais
487 das estratégias, juntamente com o Conselho Previdenciário. Ressaltaram que cabe ao
488 Conselho Previdenciário, no uso das atribuições, a concordância final sobre o
489 prosseguimento do projeto. Parabenizaram a iniciativa do Chefe do Poder Executivo e
490 da Gestão do Instituto que pode ampliar as possibilidades de investimento ao mesmo
491 tempo que promove a busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial e a preocupação com
492 anseios dos servidores públicos. III - ENCERRAMENTO: O Presidente do Instituto,
493 *Claudio Duarte* agradeceu a disponibilidade de todos os membros no pronto atendimento a
494 convocação desta reunião. O membro *Patric* informou que a reunião foi encerrada às dezoito
495 horas e trinta minutos, tendo a ata sido lavrada por mim, lida e assinada por todos os
496 presentes.

497 COMITÊ DE INVESTIMENTOS:


498 
499 **Alfredo Tanos Filho**


Claudio de Freitas Duarte

501 
502 **Erenildo Motta da Silva Júnior**


Fábio de Carvalho de Moraes Drumond

504 
505 **José Eduardo da Silva Guinâncio**


Miriam Amaral Queiroz

506 
507 **Patric Alves de Vasconcellos**


Viviane da Silva Lourenço Campos